



Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana

Reflections on the Professional Practice of Social Workers: theory-practice relationship, historicity and materializing everyday

ARNALDO XAVIER*

REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO**



RESUMO – Este ensaio traz um estudo exploratório de cunho bibliográfico acerca do debate em torno da prática profissional dos assistentes sociais. O objetivo é refletir sobre o conceito de prática profissional tratando especificamente de três características: sua historicidade; a relação teoria/prática; sua materialização no cotidiano, as três ancoradas, sobretudo, em autores como: Heller (1992), em relação ao cotidiano; lamamoto (2007), sobre a historicidade; e Santos (2006) no debate em torno da relação teoria. Neste âmbito, busca-se refletir sobre as potencialidades profissionais almejando contribuir para o debate da categoria e a produção de conhecimento.

Palavras-chave – Prática profissional. Serviço Social. Teoria-prática. Cotidiano profissional.

ABSTRACT – This essay reports an exploratory study of bibliographical character concerning the debate on the professional practice of social workers. The goal here is to reflect about the concept of professional practice dealing specifically with three characteristics: it's historicity; the relationship between theory/practice; it's materialization on daily. The three were anchored, mainly, on authors such as Heller (1992), in relation to daily life; lamamoto (2007), about the historicity; and Santos (2006) on the debate about the theory's relationship. On this context, it was sought to reflect on the professional potentialities, aiming to contribute to the debate on the category and the knowledge's production.

Keywords – Professional practice. Social Work. Theory/practice. Daily responsibilities.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor junto ao Departamento de Serviço Social e Tutor da Residência Multiprofissional no Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil. *E-mail:* nadoxavier@gmail.com

** Doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora voluntária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde integra o Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais. Professora no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pelotas – RS, Brasil. *E-mail:* regina.mioto@gmail.com

Submetido em: setembro/2014. Aprovado em: novembro/2014.

*Nós vos pedimos com insistência
Não digam nunca: isto é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a Humanidade se desumaniza,
Não digam nunca: isso é natural!
Para que nada possa ser imutável!
(Bertold Brecht)*

Este artigo nasce de um estudo exploratório de cunho bibliográfico acerca da prática profissional do assistente social, realizado durante o curso de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nosso objetivo aqui é refletir sobre o conceito de prática profissional¹ entendendo que para isso é necessário conectá-la dentro de um horizonte cujo norte é a construção de um sujeito profissional que tenha

[...] competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais [que vá] além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas [...], desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Assim, o conceito de prática profissional pode ser entendido como um componente específico presente dentro da prática social,² esta que, por sua vez, é uma categoria teórica que permite compreender e explicitar a constituição e as expressões do ser social e a dinâmica social na qual se insere. A prática profissional, assim, é resultante da especialização do trabalho coletivo, previamente determinada pela divisão sociotécnica do trabalho, situando-se no âmbito das relações sociais concretas com uma dimensão historicamente determinada, que vai se particularizar em diversos campos de trabalho vinculados ao todo social (BAPTISTA, 2009).

Dessa forma, podemos afirmar que o Serviço Social, enquanto profissão que ocupa um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, desenvolve uma prática profissional que encontra respaldo para atuação na sociedade e, ao estabelecer relações próprias do seu processo de intervenção que são específicas ao seu campo de ação, conecta-se e constrói vínculos na sociedade na qual está inserido.

Nas palavras de Raichelis (1988, p. 62), a profissão ao longo de sua trajetória assume a “atribuição de realizar a intermediação entre o poder institucional que executa as políticas oficiais e a população ‘receptora’ dessas políticas” e como produto histórico “é condicionado pela configuração estrutural da sociedade na qual se desenvolve e pelo movimento tenso e conflitual das conjunturas particulares de cada período” (idem). Partimos então destes breves apontamentos para refletir sobre o conceito de prática profissional, com a intenção de contribuir para o debate profissional.

Para tanto, este ensaio propõe algumas reflexões em torno da prática profissional, destacando suas potencialidades a partir de um recorte específico, expressos aqui pela discussão em torno de três questões: sua historicidade; a relação teoria/prática; sua materialização no cotidiano, as três ancoradas, sobretudo, em autores como: Heller (1992), em relação ao cotidiano; Iamamoto (2007), sobre a historicidade; e Santos (2006) no debate em torno da relação teoria-prática.

Questões em torno da prática profissional: sua historicidade

A primeira questão que apontamos como presente nas ações profissionais é sua historicidade. Nesse sentido, as ações profissionais não podem ser compreendidas sem levarmos em conta as relações concretas da sociedade em que se situam, uma vez que seu presente está “cotidianamente sendo criado e recriado com a construção e incorporação seletiva de saberes, a mobilização e recriação do passado e a produção e experimentação de novas abordagens” (BAPTISTA, 2009, p. 19).

A legitimidade da prática profissional pauta-se também nas interpretações normativas, cognitivas e de controle social que se estabelecem no seu processo de historização e objetivação na sociedade. Desta maneira, ela passa a se sustentar por meio de complexos mecanismos institucionais/legais que vão moldando seu corpo e forma, como as leis que regulamentam a profissão, o currículo mínimo para formação profissional, o código de ética dos assistentes sociais, entre outros instrumentos, ressaltando assim, que a constituição da prática profissional não se estabelece ou se define apenas pela simples vontade de grupos determinados, mas sim num complexo jogo de relações presentes em determinado momento histórico.

Porém, a discussão não se esgota aqui. Para Netto, há uma importante diferenciação que precisa ser levada em conta quando discutimos projetos societários e projetos profissionais. Segundo ele, os projetos societários são projetos coletivos, que se constituem como “projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. Somente eles apresentam esta característica” (NETTO, 1999, p. 143, grifos do autor) e, portanto, não devem ser confundidos com projetos profissionais que, segundo o próprio autor, são:

[...] a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 144).

Nicolau (2004, p. 86), ao discutir o exercício profissional, apresenta-o como sendo um “composto de processos de trabalho [...] historicamente construídos e socialmente determinados pelo jogo de forças, que articulam uma dada totalidade social”. Insere-se num âmbito maior na produção e reprodução material e espiritual da força de trabalho, incidindo “sobre a consciência dos outros indivíduos sociais e de si próprio, objetivando a mudança de atos e comportamentos” (NICOLAU, 2004, p. 87). Ao enunciarmos essa particularidade, caminhamos para pensar a prática profissional do assistente social dentro de específicos espaços institucionais.

Um tocante relacionado ao trabalho desempenhado pelo assistente social repousa na especificidade deste no contexto da sociedade capitalista. Por meio da apropriação privada dos meios de produção e das formas pelas quais os homens materializam a reprodução da vida social, o trabalho passa a se configurar como uma negação das potencialidades emancipadoras do ser social, impondo aos trabalhadores um processo de alienação tanto em relação à atividade realizada como de si mesmo e na sua relação com os outros. Esse processo de produção e reprodução social, que podemos chamar de atividades humanas, contém em si valores, e os de caráter econômico, devido à centralidade da produção em nossa sociedade apoiada na busca pelo lucro, sobrepõem-se aos outros. Como resultado, todos os demais valores éticos, estéticos se expressam como valores de posse, “de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas” (BARROCO, 2005, p. 35).

Assim, um traço comum a todos os espaços institucionais nos quais os assistentes sociais atuam diz respeito às questões relacionadas ao corpo coletivo da categoria, uma vez que o Serviço Social “é uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social” (IAMAMOTO, 2007,

p. 415). Nessa condição, implica reconhecer que o assistente social, enquanto trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um valor monetário (valor de troca), também participa como parte da alíquota do trabalho total produzido. Seu trabalho possui tanto a dimensão de trabalho abstrato quanto de trabalho concreto.

Na dimensão de trabalho concreto exige-se que este seja, ao mesmo tempo, um produto universal, vazio de individualidade, padronizado, que possa ser trocado por qualquer outro, fato esse presente somente em nossa sociedade mercantil. Na dimensão de trabalho abstrato é exigido que este se apresente de forma quantificada e medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (IAMAMOTO, 2007).

O exercício profissional na perspectiva descrita acima assume sua dimensão de trabalho concreto, qual seja: “uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para a sua efetivação” (IAMAMOTO, 2007, p. 418) com seu valor de uso social devidamente reconhecido.

Neste âmbito constatamos uma importante questão que caracteriza o exercício profissional dos assistentes sociais: o fato de que, enquanto profissionais que possuem um direcionamento por meio do projeto ético-político hegemônico da categoria, têm de lidar com os limites impostos pela condição de assalariamento na qual se encontram.

Nesse contexto é que podemos dizer que os assistentes sociais estão condicionados pelas relações capitalistas no seu exercício profissional, mesmo que enquanto sujeitos detenham “uma autonomia relativa, pautada por seus valores, projetos profissionais e societários que determinam, em parte, a sua ação” (XAVIER et al., 2014, p. 78).

A relativa autonomia certamente impõe uma dinâmica de enfrentamento em relação às demandas do cotidiano. É nesse sentido que verificamos uma tensão, pela qualidade intrínseca presente na relação de objetivos delimitados pelo projeto ético-político *versus* a condição de assalariamento. Além disso, a autonomia profissional, para além do processo de assalariamento, também é ameaçada pelos embates institucionais que muitas vezes possuem objetivos e metas diferentes dos contidos no projeto ético-político profissional, produzindo tensões entre esses polos. Iamamoto (2007, p. 416) explicita essa tensão, afirmando sobre o

projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais socialmente forjadas a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

Em consonância com a autora, entendemos que essas especificidades do exercício profissional no bojo de uma sociedade classista, na qual o trabalhador necessita vender a sua força de trabalho, estão presentes em todos os espaços institucionais nos quais os assistentes sociais atuam, seja em maior ou menor grau, de forma explícita ou camuflada por outras relações mais latentes. De todo modo, elas são fundamentais para pensar a atuação profissional cotidiana.

Ainda nesta direção, Netto (1999) afirma que a composição das categorias profissionais não se faz de forma isolada, mas num espaço de disputas coletivas. Nesse sentido, o Serviço Social está perpassado por lutas coletivas que imprimem à profissão características específicas e reconhecidas socialmente, que de certa maneira condicionam a prática profissional. Um olhar mais amplo para o conjunto das profissões também nos mostra a construção coletiva como um importante fator presente nas suas conquistas, garantias, avanços e retrocessos, todos esses como produtos da dinâmica social.

Questões em torno da prática profissional: a relação teoria/prática

Outra questão importante sobre a prática profissional diz respeito à relação teoria/prática, entendida aqui como uma unidade. Para Santos (2006), muitos profissionais ainda carregam uma compreensão equivocada da relação teoria/prática. Dentre os equívocos nessa formulação podemos enumerar, segundo a autora, três que contribuíram em nossas análises em relação à prática profissional.

A primeira delas ancora-se na ideia de que a *teoria de ruptura é igual à prática de ruptura*. O processo de ruptura a que a autora se refere nessa formulação é aquele que considera a teoria apropriada pelo Serviço Social que contribuiu para o movimento de reconceituação ocorrido a partir da segunda metade da década de 1970 e se firmou em meados dos anos de 1980, a qual negou as vertentes conservadoras, dando origem à concepção teórica hegemônica para a profissão desde então.

Nessa compreensão de que *teoria de ruptura é igual à prática de ruptura* há uma passagem direta da teoria para a prática, como num processo de transformação imediato. O entendimento aqui é de transposição no qual a teoria que vai orientar a ruptura com o conservadorismo culminará numa prática também de ruptura com a ordem conservadora. Porém, como tal transposição não se dá de forma automática e nem direta no âmbito da realidade social, como concebe tal enunciado, o argumento utilizado será o de que *na prática a teoria será outra* ou que a teoria não serve de fato para a prática cotidiana. Nota-se ainda que os adeptos dessa concepção não necessariamente compreendem que há uma teoria de ruptura; com isso abre-se espaço para a segunda concepção apresentada por Santos (2006).

Para Santos (2006) essa segunda concepção vai, por assim dizer, na contramão da primeira. Dessa forma, seus defensores entendem que a ação prática gera de imediato uma teoria por meio de sua sistematização. O *corpus* teórico aqui seria então a própria sistematização da prática apreendida pelo exercício profissional. A frase consagrada de que *na prática a teoria é outra* também se encaixa aqui, porém agora com um cunho muito mais de conformação no sentido de conferir para a ação prática maior destaque do que para a teoria.

A semelhança entre essas duas primeiras concepções é o tom reducionista que ambas imprimem aos tipos de conhecimento, privilegiando ora um, ora outro. Em síntese, as duas reduzem os dois tipos de conhecimento a apenas um: o teórico. Assim, conhecimento será sempre sinônimo de conhecimento teórico; por outro lado, a prática será tomada de forma indistinta, criando uma confusão entre prática profissional e prática social. Além disso, a relação teoria/prática é tomada como dissociada, perdendo sua característica de unidade.

Passemos para a terceira concepção apontada por Santos (2006) como sendo equivocada na leitura sobre a relação teoria/prática. Essa terceira concepção nos remete também à primeira, pois nela temos a afirmativa de que “a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação” (SANTOS, 2006, p. 116).

Assim como na primeira, tal afirmativa procura denunciar que a teoria não se transforma em prática, a diferença é que aqui a crítica se destina diretamente à teoria social de Marx, ou seja, “a teoria crítica não está se transformando em prática crítica” (SANTOS, 2006, p. 117). É o mesmo que dizer que a teoria de ruptura empreendida pelo Serviço Social não resultou em uma ação prática nos mesmos moldes, com o agravante de esperarmos da teoria a tradução quase que simultânea de instrumentos de ação extraídos diretamente dela. Santos (2006) pontua que nesse caso o equívoco está em reduzirmos a teoria a algo que *se encaixa na prática* e, mais uma vez, a prática social se confunde com a prática profissional. Como resultado, tem-se uma prática profissional que se reduz à utilização de instrumentos de intervenção. E novamente, sem a transformação da teoria em prática como se deseja, tem-se um abandono da teoria e uma priorização da prática (SANTOS, 2006).

Dessa forma, Santos (2006) demonstra a partir dessas três concepções a maneira equivocada que a relação teoria/prática é apropriada no Serviço Social, causando uma confusão no entendimento de sua unicidade, que acaba por resultar em uma compreensão deficitária concernente à prática profissional. É importante registrar que a problematização em torno da interação teoria/prática não é exclusiva da teoria crítica; outros paradigmas teóricos da modernidade³ se apropriam também dessa discussão.

Tendo como parâmetro a teoria social de Marx,⁴ é importante pontuar que esse debate pauta-se primeiro numa concepção de mundo guiada pelo materialismo histórico-dialético, que significa a precedência da realidade em relação ao pensamento, ou seja, significa dizer que a coisa em si já existe antes de existir qualquer ideia sobre ela. Segundo, é um debate dialético porque ao explicar o Ser tal teoria apreende-o em toda a sua totalidade, num permanente movimento. Terceiro, é também histórico, pois a análise da realidade é vinculada à sociedade, onde o Ser não é tomado de forma isolada, mas como um Ser social, pertencente ao processo histórico presente na sociedade, encontrando-se assim em movimento. Dessa forma, os indivíduos “são um produto social, a sociedade muda, as ideias mudam” (SANTOS, 2006, p. 117). Nessa perspectiva é que podemos dizer que o Ser estabelece uma relação com o meio em que vive, a qual é fundamental para sua existência enquanto tal.

Para a autora citada, a preocupação de Marx repousa em perceber como o sujeito apreende o objeto em sua realidade, diferente de outros filósofos, que buscavam justamente entender como o objeto era tomado pela consciência. Assim, inaugura-se a concepção de “método que não pode ser, sob hipótese alguma, descolado da teoria” (SANTOS, 2006, p. 118), sobretudo porque o método marxista constitui-se justamente no processo de entendimento de como o sujeito apreende o objeto racionalmente. Em outras palavras, seria o mesmo que dizer que o objeto assume a forma de teoria após passar pela organização do processo racional.

No entanto, como o próprio Marx esclarece, esse processo racional de apreensão do real concreto não pode ser tomado como o próprio concreto. O “método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta” (MARX, 1984, p. 410). Desse modo, o que o pensamento realiza é apenas a reconstrução do objeto, o que não modifica ou altera a existência ulterior do mesmo.

Se o objeto pode existir sem o sujeito, não podemos dizer o mesmo em relação ao conhecimento, pois este depende da existência do sujeito para se realizar. Assim, para Santos (2006), Marx diferencia a teoria da prática, porém assegura sua unicidade, ao mesmo tempo em que o prático toma destaque. Nesse sentido, “apropriar-se do concreto pelo pensamento é um ato teórico, enquanto o concreto, em si, é um ato prático que está vinculado às necessidades e ações práticas dos homens, portanto existe fora do pensamento” (SANTOS, 2006, p. 119).

A dificuldade em se compreender a prioridade que a prática possui em relação à consciência repousa na própria realidade, por ser esta composta pela união da essência e da aparência. A realidade, como resultado desta síntese, não se manifesta em sua totalidade de modo imediato, por isso para compreendê-la faz-se necessário um esforço de apreensão de ambas as características: essência e aparência conjuntamente.

O conhecimento não pode se esgotar na apreensão da aparência, no imediato, pois ela se configura apenas como o ponto de partida. Portanto, o caminhar para o conhecimento deve prosseguir até a apreensão da essência. O que nos leva a dizer que a sua prioridade não pode ser entendida como um fim em si mesmo, uma vez que ela é apenas uma parte da realidade, que só pode ser tomada em sua totalidade – unicidade – após o exercício de compreensão realizado pelo processo racional, teorizado. Não obstante, se o objetivo que pretendemos é a apreensão do objeto e sua compreensão, ele não é apenas o ponto de partida, mas também o ponto de chegada. Em posse dessa compreensão é que nos voltamos para o objeto, agora não mais apenas em sua aparência, mas *como um concreto pensado*, compreendido em sua unicidade entre aparência e essência.

Vale ainda ressaltar que tal processo não é acabado,

[...] mas um processo de aproximação sucessiva do real, uma vez que não se esgotam as determinações encontradas no concreto, [...] nesse processo posto pela prática na medida em que o concreto é resultado das várias práticas humanas e apreendido teoricamente pelo pensamento, teoria e prática se encontram (SANTOS, 2006, p. 121).

É dentro desses moldes que podemos afirmar a unicidade da relação teoria/prática, na qual, por mais que ambas representem momentos diferenciados, formam o mesmo todo, numa relação dialética de totalidade. A prática profissional assim constitui um importante momento de materialização dessa teoria que, por sua vez, a retroalimenta.

Questões em torno da prática profissional: sua materialização no cotidiano

A terceira questão que ressaltamos como presente na prática profissional é sua materialização no cotidiano. Esta nos leva a refletir sobre as características do cotidiano e a nos questionarmos como os assistentes sociais se inserem nele e ali constroem sua prática.

O cotidiano tomado como uma categoria de análise é formado por dimensões como a organização do trabalho, da vida privada, do espaço do lazer, do descanso e da vida social como um todo, configurando-se como um *locus* heterogêneo e hierárquico (HELLER, 1992). Enraizado no tempo presente, ele constitui um espaço no qual o homem⁵ se coloca por inteiro, participando com todos os aspectos de sua individualidade e personalidade. Nesse espaço são colocadas “todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, ideias, ideologias” (HELLER, 1992, p. 17). Pensar os sujeitos aqui é, portanto, romper com a visão de que “o indivíduo biológico é a unidade mínima e básica em termos de significado e valor” (VELHO, 1989, p. 86) e pensá-lo como parte de um processo histórico-social perpassado assim por questões objetivas e subjetivas de tal contexto (VELHO, 1989, p. 86).

Dito isso, nossa reflexão caminha sobre o conceito de cotidiano exposto por Heller (1992), quando apresenta uma de suas particularidades: nenhum ser humano está alheio a ele; em outras palavras, todos já nascemos inseridos na cotidianidade e, por meio do processo de socialização a que somos submetidos ao longo de nossa vida, vamos aprendendo e internalizando as habilidades imprescindíveis para viver em sociedade; só “é adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade” (HELLER, 1992, p. 18). No entendimento da autora, a “cotidianidade” do cotidiano, por assim dizer, é vivida em todos os âmbitos sociais, sejam eles quais forem. E suas características próprias, como a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva, são indelévels do nosso dia a dia; *si o si* teremos que lidar com elas diariamente.

Sendo assim, essas particularidades também estão presentes no cotidiano profissional do assistente social, permeando a sua prática e condicionando-a. Se não podemos fugir dessas qualidades comuns a todos, o diferencial repousa na forma de como as vivenciamos na busca por sua suspensão, nos termos de Heller (1992). Ainda segundo a autora, a heterogeneidade, por exemplo, constitui-se como um processo imutável; portanto, por mais que busquemos a superação dessa condição, sempre retornaremos a ela, porém sempre de forma modificada (HELLER, 1992).

Olhando com essa lógica para a prática profissional, podemos afirmar que ela é composta heterogeneamente de múltiplas determinações; afinal, cotidianamente não realizamos ou nos dedicamos unicamente a uma atividade por vez, mas a múltiplas, sejam elas de natureza biológica, social, organizacional, profissional etc. Na *cotidianidade* do cotidiano ocorre *tudo junto e misturado, agora e ao mesmo tempo*, imprimindo, como buscamos destacar, condicionantes à prática profissional.

Eis uma importante pergunta: estaríamos todos, portanto, condicionados e – por que não? – amaldiçoados pelas amarras do cotidiano?

Antes de responder a essa questão e considerar um pouco mais suas implicações sobre a prática profissional é oportuno salientar que, ao tratarmos sobre o cotidiano, também nos vinculamos à discussão das formas de vivenciar nossa cotidianidade. Isso ocorre justamente porque a sociedade capitalista leva, mediante a força e a estrutura social, classes inteiras a lutarem cotidianamente pela satisfação das necessidades essenciais para sua existência pura e simples (HELLER, 1992), condicionando determinados modos de vida. Sendo assim, as necessidades fundamentais à sobrevivência humana não podem ser definidas simplesmente como naturais, independentemente do momento histórico, nem mesmo a “necessidade de alimentar-se pode ser definida com ‘exatidão biológica’ [...], pois os modos de satisfação fazem social a necessidade mesma” (HELLER, 1992, p. 58).

Como animais políticos⁶ que somos, o ser humano “cria os objetos de sua necessidade e ao mesmo tempo cria também os meios para satisfazê-la” (HELLER, 1992, p. 59). Já para os animais, tanto as necessidades como seus objetos de satisfação são previamente dados por sua condição biológica. Nesse sentido, o que é essencial ao homem não é apenas a busca por sua sobrevivência, mas qualidades como o trabalho e sua objetivação, “a sociabilidade, a universalidade, a autoconsciência e a liberdade. Essas qualidades essenciais já estão dadas na própria hominização, como meras possibilidades, tornam-se realidade no processo indefinido da evolução humana” (HELLER, 1992, p. 78). E é justamente no espaço cotidiano que buscamos a materialização de tais possibilidades.

Em tempo voltemos nossa atenção novamente para a pergunta acima em relação às condicionalidades impostas pelo cotidiano à prática profissional: estaríamos presos às amarras do cotidiano? De acordo com Heller (1992), outra importante característica proeminente desse espaço social é sua vertente hierárquica mutável, que difere da heterogeneidade, pois está ancorada nos diferentes momentos históricos, podendo ser entendida como os processos de valoração que constituímos a partir da sociabilidade pautados nas estruturas econômico-sociais. Dessa maneira, é a partir da realidade sócio-histórica apreendida pelos valores que elegemos, enquanto indivíduos no espaço micro e coletivamente num espaço macro, o que tem maior centralidade – ou não – na configuração do nosso cotidiano (HELLER, 1992).

Nesse direcionamento, é na característica hierárquica mutável que valoramos nosso cotidiano. É também nesse processo de valoração hierárquico, mutável por processos individuais e coletivos, dentro de limites impostos pelas estruturas econômicas, sociais e históricas, que vamos imprimindo à nossa prática profissional aquilo que terá maior relevância em nossa cotidianidade e influenciando, de uma maneira ou de outra, nos rumos da vida, o que ressalta a importância dos processos de mediação⁷ existentes no próprio cotidiano profissional.

Tendo como base essa definição e levando em conta os apontamentos de Heller (1992), podemos afirmar que as mediações presentes no cotidiano, valoradas por nossas escolhas hierárquicas, que poderiam elevar o sujeito da sua condição individual à genericidade,⁸ muitas vezes não são apreendidas nem colocadas em ação de forma consciente e crítica no cotidiano. Tais ações perdem-se no âmbito da imediatividade, ou seja, os sujeitos acabam por não perceber o vínculo imediato entre pensamento e ação, pois estão absorvidos “na repetição automática de modos de comportamento” (BARROCO, 2005, p. 38).

Esse ocultamento se dá pela aparência imediata dos fatos apreendidos de maneira fluida e espontânea, bem como pela forma alienada como são tratados, podendo ser entendidos também como uma condição própria do processo de profissionalização. De modo geral, os comportamentos, os valores e as motivações são tomados pela consciência do sujeito como autônomos e independentes, tratados assim como uma soma de fenômenos sem relação ou vínculos sociais que os conectem (BARROCO, 2005).

Na fluidez da vida cotidiana os sujeitos se percebem somente por sua via singular. É neste espaço que o assistente social coloca em pauta grande parte da sua bagagem sociocultural apreendida de

diversas formas ao longo de sua vida, inclusive aquela adquirida durante seu processo de formação profissional, assim como também a apresentada pelo projeto hegemônico da profissão na qual o dever-ser profissional está teoricamente referenciado. A partir dessas construções expressa sua particularidade, seu modo singular, pela consciência de indivíduo, sob a forma das necessidades do “eu”, e é para satisfazer a essas necessidades,⁹ como vimos, que a individualidade humana se move.

Neste campo carregado de determinações, sejam elas profissionais ou não, é que somos, conforme argumenta Heller (1992), simultaneamente particulares e genéricos, uma vez que em nossas ações individuais também está, de certa forma, nossa genericidade, mesmo que em algumas atividades as primeiras motivações sejam de origem particular, como a atividade do trabalho, por exemplo, e fundadas nas emoções e sentimentos.

Outro fator que cabe destacar é que não é próprio do espaço cotidiano o acesso à consciência humano-genérica, pois a intensidade da utilização de suas capacidades está muito abaixo das atividades voltadas às objetivações genéricas. Heller (1992, p. 17) destaca esse ponto salientando que “o fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade”. É como se esse sujeito cotidiano não tivesse “nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum dos aspectos” (HELLER, 1992, p. 18) presentes no cotidiano, não podendo aguçar-los em toda sua intensidade.

Atingir a esfera do humano-genérico nos possibilitaria a construção de processos coletivos que contribuíssem para uma reflexão da realidade posta. Ascender a tal esfera superando a cotidianidade seria possível, ao menos hipoteticamente, se uníssemos três fatores: concentração de toda atenção sobre uma única questão, suspendendo qualquer outra atividade; empregando a inteira individualidade na resolução dessa questão; e, por fim, teríamos de estar inteiramente conscientes enquanto indivíduos neste processo de busca pela suspensão do cotidiano. Em contraponto ao processo heterogêneo do cotidiano, denominamos essa elevação específica ao humano-genérico de homogeneização (HELLER, 1992).

Podemos ainda acrescentar que o indivíduo (singular e genérico) que se encontra na “relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade” (HELLER, 1992, p. 22) é dotado de relativa liberdade nesse processo para construir sua individualidade. Conquanto, esta é sempre efetivada como uma tendência, uma vez que a vida cotidiana é caracterizada pela coexistência da particularidade e genericidade, pelo campo das possibilidades, mas também das condicionalidades. Todavia, vale sublinhar que mesmo que a elevação ao humano-genérico seja alcançada, pelos meios discutidos aqui ou por outros,¹⁰ não significa uma abolição da particularidade, uma superação definitiva desta, pois a elevação se configura por sua transitoriedade, uma vez que retornamos ao espaço da particularidade, modificados.

O desnível, por assim dizer, entre esses dois fatores (particularidade e genericidade) pode ser observado nas escolhas da vida diária, quando optamos pela superficialidade das ações cotidianas internalizadas pela socialização, ou quando questionamos e rompemos, por meio da reflexão, com a atividade mecanizada. Desse modo é que ressaltamos a fundamental contribuição de uma prática profissional construída cada vez mais de forma crítica e consciente, conectada com a realidade na qual se insere, ao mesmo tempo em que dialoga com outros saberes críticos para realizar as mediações entre os espaços macro e microssociais.

Considerações finais

Diante dessas questões é necessário enfatizar o esforço de superação realizado pelos assistentes sociais em problematizarem a sua prática profissional cotidiana, pensando os rumos da profissão e as formas de intervenção social tomando como base a teoria social crítica. As questões apresentadas nesta

discussão sobre a prática profissional permitem identificar alguns limites impostos à nossa intervenção, sejam elas de ordem teóricas ou mesmo intrínsecas à própria especificidade intervencionista que a profissão assume cotidianamente.

Acreditamos que as reflexões sobre relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana, necessitam de maior aprofundamento, levando em conta que há uma interligação entre esses elementos, compondo e, de certa forma, condicionando nossa prática.

Para contribuir nesta direção retomamos aqui alguns conceitos discutidos ao longo do texto, buscando explicitar a presença dessas três questões. Para Baptista (2009), por exemplo, a prática resulta da especialização do trabalho no âmbito da relações sociais concretas com uma dimensão historicamente determinada. Ressaltando assim a importância do conhecimento sobre as relações sociais nas suas particularidades históricas, conectadas com o tempo no qual se materializam.

Ainda nesta direção, nos apoiamos também em Iamamoto quando aponta algumas competências postas ao assistente social. Para ela, a intervenção profissional precisa ir para “além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades” (IAMAMOTO, 2005, p. 21). Para tanto, é necessária, além de uma apurada compreensão sobre os componentes teóricos, a articulação dialética desses com a prática; ambas ensinam sobre as possibilidades e estratégias ao fazer profissional. Da mesma forma, é fundamental perceber as barreiras que a própria rotina institucional, ou seja, o cotidiano na instituição impõe para a intervenção profissional, para que a partir dele se construam estratégias coletivas de superação desses mesmos limites.

Por fim, vale pontuar que, conforme Netto (1999), a composição das categorias profissionais não se faz de forma isolada, mas num espaço de disputas coletivas, o que imprime junto à construção de nossa prática a possibilidade de um debate plural que vise à construção de saídas ao ordenamento social presente.

Referências

- BAPTISTA, M. V. Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: _____; BATTINI, O. (Org.). *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento*. São Paulo: Veras, 2009. v. 1.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FERNANDES, Florestan. Introdução. In: _____ (Org.). *K. Marx e F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36).
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho profissional e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. Trad. Carlos N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. O método da economia política [*Manuscritos econômico-filosóficos*]. In: FERNANDES, F. K. *Marx e F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984. p. 381-458. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36)
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS. *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1*. Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999. p. 91-110.
- NICOLAU, M. C. C. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 79, p. 82-107, set. 2004.
- PEREIRA, P. A. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

RAICHELIS, R. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez, 1988.

SANTOS, C. M. *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

VELHO, G. (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

XAVIER, A. et al. Teleologia e autonomia: estratégias do exercício profissional do assistente social em Santa Catarina. In: FAGUNDES, H. S.; SAMPAIO, S. S. (Org.). *Serviço Social: questão social e direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. p. 77-93.

¹ Neste contexto adotamos o conceito de *prática profissional* de forma a caracterizar a atuação cotidiana do assistente social. Ressaltamos que não é nosso objetivo problematizar essa caracterização buscando conceituar essa atividade profissional como trabalho ou serviço, ou mesmo situá-la no debate em torno dos processos de trabalho, mas, antes, partimos do entendimento de que o assistente social realiza uma atividade direcionada a um fim e para isso reúne saberes, técnicas e teorias para materializá-los. Estas, por sua vez, estão imbuídas de contradições e ideologias próprias do momento histórico que vivemos.

² Segundo Baptista (2009), para realizarmos o estudo da prática, tanto a social, como a profissional, é necessário que façamos uma diferenciação entre “práxis e praticidade, de praticismo e de agir humano. Práxis seria o processo pelo qual se constitui e se expressa o ser social e a dinâmica da construção histórica do mundo humano-social. A praticidade é uma forma de expressão da práxis quando, sem a luta pelo reconhecimento (o momento existencial), a última se degrada ao nível da técnica e da manipulação. O praticismo seria a ação prática que não se indaga dos seus fundamentos, e o agir humano prático, a prática necessária para a preservação da vida e das relações no cotidiano” (BAPTISTA, 2009, p. 13).

³ Santos (2006) cita as correntes do positivismo, pragmatismo, marxismo, sociologia compreensiva de Weber, entre outras, como estando entre as principais correntes do pensamento moderno.

⁴ Segundo Santos (2006, p. 117), esta é a “a direção teórico-política que orienta o projeto hegemônico na profissão”.

⁵ Para além de uma relação de gênero, o termo “homem”, utilizado aqui repetidas vezes, é sinônimo de “ser humano”.

⁶ “Como [Marx] assinala nas suas linhas fundamentais da crítica à economia política (GRUNDISSE, 1997, p. 7), o homem, que se satisfaz com garfo e faca, é diferente dos animais que se satisfazem com carne crua; por isso, as necessidades existenciais daquele deverão corresponder às formas de satisfações sociais” (PEREIRA, 2002, p. 59).

⁷ Segundo Pontes (1997, p. 78), as mediações “são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou”. Sendo assim, “não pode existir nem na natureza, nem na sociedade nenhum objeto que neste sentido [...] não seja mediado, não seja resultado de mediações. Desse ponto de vista a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito” (LUKÁCS, 1979, p. 90).

⁸ Termo adotado por Heller (1992).

⁹ Na discussão apresentada por Pereira (2002), as necessidades humanas básicas podem ser entendidas como *autonomia e saúde física*; somadas a elas a autora elenca mais onze fatores intermediários, os quais denomina de “satisfadores universais” e que são fundamentais para garantir a plena satisfação das necessidades humanas, quais sejam: 1) alimentação nutritiva e água potável; 2) habitação adequada; 3) ambiente de trabalho desprovido de riscos; 4) ambiente físico saudável; 5) cuidados de saúde apropriados; 6) proteção à infância; 7) relações primárias significativas; 8) segurança física; 9) segurança econômica; 10) educação apropriada; 11) segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto. Como mesmo salienta Pereira (2002, p. 76), esses indicadores ainda são “insuficientes quando defrontados com necessidades locais, de pequenas comunidades ou de grupos. Nesse caso há que, secundariamente, identificar-se ‘satisfadores específicos’, os quais poderão melhorar as condições de vida e de cidadania das pessoas em situações sociais particulares, incluindo-se aqui as minorias sociais”.

¹⁰ Heller (1992) defende que a arte e a ciência também são formas pelas quais podemos superar a particularidade presente na cotidianidade e nos elevarmos ao humano-genérico.